

SUZANO

Holding

SUZANO HOLDING S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF 60.651.809/0001-05
NIRE 35.300.011.864

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2019

Proposta da Administração da SUZANO HOLDING S.A. (“Companhia”), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 481/09”) (“Proposta”), a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 29 de abril de 2019, às 11h00 horas (“Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária”).

ÍNDICE

1. Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	02
2. <u>Anexo I</u>: Item 10 do Formulário de Referência (Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia)	05
3. <u>Anexo II</u>: Proposta da Destinação do Lucro Líquido (<i>Anexo 9-1-II - Instrução CVM 481/09</i>)	15
4. <u>Anexo III</u>: Fixação do número de membros do Conselho de Administração e Eleição de seus Membros	19
5. <u>Anexo IV</u>: Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência (<i>Candidatos indicados para compor o Conselho de Administração</i>)	21
6. <u>Anexo V</u>: Proposta de Remuneração dos Administradores	31
7. <u>Anexo VI</u>: Item 13 do Formulário de Referência	32

Prezados Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, a Proposta da Administração (“Proposta”) da Companhia acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária:

EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

1. Apreciação das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2018.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas respectivas Notas Explicativas, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhados do relatório do auditor independente, estão disponibilizados no website da Companhia <http://www.suzano.com.br/suzanoholding/> e na página da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) www.cvm.gov.br, tendo recebido do Conselho de Administração da Companhia manifestação favorável à sua aprovação nos termos da reunião desse órgão realizada no dia 20 de março de 2019.

As demais informações e os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia em conformidade com a Seção 10 do Formulário de Referência e com a Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada (“ICVM 481”), constam desta Proposta.

2. Destinação do resultado do exercício de 2018.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, conforme evidenciado nas Demonstrações Financeiras da Companhia, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, foi apurado um lucro líquido de R\$ 100.484.632,08. Propõe-se que o lucro líquido do exercício seja destinado da seguinte forma:

- a) o valor de R\$ 5.024.231,60 para a reserva legal; e
- b) o valor de R\$ 95.460.400,48 para a reserva de incentivos fiscais reflexa.

Para maiores informações sobre esta matéria, vide Anexo II desta Proposta, elaborado nos termos do Anexo 9-1-II da ICVM 481.

3. Fixação do número de membros do Conselho de Administração e eleição dos seus membros.

Propõe-se fixar em 5 (cinco) o número de membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo eleitos, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2020, (i)

Claudio Thomaz Lobo Sonder, como Presidente do Conselho de Administração; (ii) Antonio de Souza Corrêa Meyer, como Vice-Presidente do Conselho de Administração; e (iii) Ricardo Madrona Saes, Marcos Sampaio de Almeida Prado e Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos, como membros do Conselho de Administração.

Para maiores informações sobre esta matéria, vide Anexos III e IV desta Proposta.

4. Fixação do montante global anual da remuneração dos administradores.

Propõe-se fixar o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social de 2019 em até R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), sendo até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para o Conselho de Administração e até R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) para a Diretoria.

EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

1. Apreciação da proposta da Administração de distribuição de dividendos.

Propõe-se a distribuição de dividendos à conta do saldo de reservas de lucros existente no balanço de 2018 a ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária Extraordinária da Companhia, no valor total de R\$ 113.849.994,25, correspondendo a R\$ 0,623096 por ação ordinária e R\$ 0,6854056 por ação preferencial classe A e B, respectivamente.

2. Deliberação sobre a alteração do endereço da sede da Companhia.

Propõe-se alterar o endereço da sede da Companhia para a cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355, 21º andar, CEP 01452-001.

3. Comunicação sobre a mudança do jornal em que a Companhia passará a realizar as suas publicações legais.

Comunicar que a partir da data da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia as publicações legais da Companhia deixarão de ser realizadas no jornal O Valor e passarão a ser realizadas no jornal O Estado de São Paulo. As publicações da Companhia no Diário Oficial do Estado de São Paulo não sofrerão qualquer alteração.

Observações:

A Companhia esclarece que, nos termos da Instrução CVM nº 594, de 20 de dezembro de 2017 (“IN CVM 594”), as normas do voto à distância previstas na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“IN CVM 481”), conforme alterada, não se aplicam à Companhia.

O parágrafo 2º do art. 1º da IN CVM nº 594, que alterou artigos da IN CVM 481, determina que “o disposto nesta Instrução não se aplica às companhias abertas que não possuam ações em circulação, assim consideradas as ações da Companhia, com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores da companhia e daquelas mantidas em tesouraria”.

Tendo em vista que a Companhia não possui ações em circulação, não será disponibilizado boletim de voto à distância a seus acionistas.

ANEXO I

PARA FINS DO INCISO III DO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09.

10 Comentários dos Diretores

10.1. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos.

Nos exercícios de 2018, 2017 e 2016 a Companhia registrou lucros de R\$ 100,5 milhões, de R\$ 584,3 milhões e prejuízo de R\$ 542,2 milhões, respectivamente. A geração de caixa operacional consolidada, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 6.797,8 milhões, R\$ 4.646,2 milhões e R\$ 3.899,6 milhões, nos respectivos períodos, demonstrando a consistência dos resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

Indicadores adicionais sobre as condições patrimoniais e financeiras da Companhia são apresentadas no item “10.1.b” abaixo.

b) Estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, era de R\$ 4.067,7 milhões, representando um acréscimo de 3,23%, ou R\$ 127,5 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2017, e de 17,316%, ou R\$ 600,2 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2016. A variação é justificada pelos lucros e prejuízos registrados nos últimos 3 anos, decorrentes do resultado da equivalência patrimonial de sua principal controlada.

Em 2017 o endividamento da Companhia era representado por financiamento contraído junto ao BNDESPAR, no montante de R\$ 357 mil (R\$ 959 mil em 2016). Referido endividamento foi pago em 2018. Não há previsão no Estatuto Social da Companhia de resgate de ações e não existe, no curto prazo, previsão ou intenção da administração da Companhia de propor a realização de tal evento.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia através de suas receitas de dividendos, e de remuneração de avais e fianças concedidos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de recursos da Companhia são provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de suas controladas, além de aportes de acionistas, e resultado de aplicações financeiras.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui geração de caixa consistente pelo recebimento de dividendos, juros sobre capital próprio, receita pela concessão de avais e fianças, e eventuais aportes de capital, com o intuito de cobertura de eventuais deficiências de liquidez. As fontes de financiamento utilizadas em 31 de dezembro de 2018 pela Companhia para investimentos de curto e longo prazo estão indicadas nos itens “10.1.d.” e “10.1.f.”.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia

Atualmente a Companhia não possui dívida. A Companhia tinha celebrado contrato de empréstimo junto ao BNDESPAR, no valor de R\$ 0,4 milhão em 31 de dezembro de 2017, R\$ 1,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 com taxa média de juros de TJLP + 4,5% ao ano e vencimento da última parcela em julho de 2018. A última parcela foi quitada conforme previsto no contrato.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Em 20 de março de 2019, o Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria relativa à distribuição de dividendos à conta do saldo de reservas de lucros, a ser aprovada na Assembleia Ordinária e Extraordinária da Companhia, no valor de R\$ 113,9 milhões.

Em 15 de março de 2018, foi celebrado pela Companhia, em conjunto com os demais acionistas controladores da Suzano Papel e Celulose S.A. (em conjunto, os “Acionistas Controladores da Suzano Papel e Celulose S.A.”), e pelos acionistas controladores da Fibria Celulose S.A. (Fibria Celulose S.A. e, em conjunto com a Suzano Papel e Celulose S.A., as “Companhias”), a Votorantim S.A. e o BNDES Participações S.A. (em conjunto, os Acionistas Controladores da Fibria Celulose S.A.), com interveniência e anuência da Suzano Papel e Celulose S.A., o Compromisso de Voto e Assunção de Obrigações, pelo qual os Acionistas Controladores da Suzano Papel e Celulose S.A. e os Acionistas Controladores da Fibria Celulose S.A. acordaram exercer seus votos para combinar as operações e bases acionárias da Suzano Papel e Celulose S.A. e da Fibria Celulose S.A., mediante a realização de reorganização societária.

Foi submetido e aprovado pelos acionistas das Companhias uma reorganização societária que resultará:

- a) na titularidade, pela Suzano Papel e Celulose S.A., da totalidade das ações de emissão da Fibria Celulose S.A.;
- b) no recebimento pelos acionistas da Fibria Celulose S.A., para cada ação ordinária de emissão da Fibria Celulose S.A., de:
 - (i) R\$ 52,50 (cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), corrigido pela variação do CDI desde 15 de março de 2018 até a data do seu efetivo pagamento ajustado por dividendos antecipados de 2018, liquidado em uma única parcela na data da consumação da operação; e
 - (ii) 0,4611 ação ordinária de emissão da Suzano Papel e Celulose S.A, a ser entregue também na data da consumação da operação.

Os acionistas da Fibria Celulose S.A. detentores de American Depositary Shares (“ADSs”) farão jus ao recebimento de ADSs da Suzano Papel e Celulose S.A., observada a mesma relação de troca.

Uma vez consumada a operação, as ações e os ADSs de emissão da Fibria Celulose S.A. deixarão de ser negociados na B3 S.A. e na Bolsa de Valores de Nova Iorque, respectivamente.

A consumação da operação previa o cumprimento de algumas condições precedentes usuais para este tipo de operação, incluindo a aprovação por determinadas autoridades da concorrência no Brasil e no exterior. Todas as aprovações ocorreram em 2018. Com todas condições precedentes atendidas iniciou a contagem do prazo de 45 dias para consumação da operação, quando foi efetivada a reorganização societária. A transação foi concluída em 14 de janeiro de 2019.

Com a emissão de novas ações da Suzano Papel e Celulose S.A. em favor dos então acionistas da Fibria Celulose S.A., houve diluição da participação da Companhia na Suzano Papel e Celulose S.A., fazendo com que ela caísse para abaixo de 50%, mesmo considerando o Acordo de Voto. Essa situação requer que a administração avalie se o controle é mantido, especialmente quando perdendo a condição de acionista majoritário. A administração avaliou os fatos e circunstâncias mais relevantes, quantitativa e qualitativamente, incluindo a dispersão acionária, e concluiu, apoiada em opinião de assessores externos, pela existência do de facto controle a Companhia tem a habilidade prática de controlar a Suzano Papel e Celulose S.A. Por consequência, concluiu pela manutenção da consolidação da Suzano Papel e Celulose S.A., mesmo após a conclusão da aquisição da Fibria Celulose S.A.

Em 10 de novembro de 2017 foi concluída a migração da controlada Suzano Papel e Celulose para o segmento do Novo Mercado da B3, com a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da controlada em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação preferencial, classes A ou B, para cada 1 (uma) ação ordinária. Desta forma as 3.262.775 ações preferenciais detidas pela Companhia foram convertidas em 3.262.775 ações ordinárias de emissão da Suzano Papel e Celulose.

Em 31 de agosto de 2016 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a proposta da Cisão parcial da IPLF Holding S.A. e versão da parcela cindida para Companhia, com consequente aumento do capital social da Companhia em R\$ 22,3 milhões, passando de R\$1.953,4 milhões para R\$1.975,7 milhões, com emissão de 4.228.800 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 50 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, as quais foram atribuídas e entregues aos atuais acionistas da IPLF Holding S.A., na proporção da participação destes acionistas no capital social da IPLF Holding S.A.

Em 2016 foram distribuídos dividendos, no montante de R\$ 244,9 milhões, debitados do saldo da conta de reserva de lucros.

10.2. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social

a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O lucro da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 100,5 milhões, em comparação ao lucro de R\$ 584,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, e um lucro de R\$ 542,2 milhões em 31 de dezembro de 2016. O principal fator que contribuiu para os lucros de 2018, 2017 e 2016 foi o resultado da equivalência patrimonial, apurado sobre o investimento detido na controlada Suzano Papel e Celulose, decorrente dos lucros dessa controlada.

(em milhares de reais)

	Exercícios findos em		
	31 de dezembro		
	2018	2017	2016
Equivalência patrimonial	107.409	605.985	537.769
Despesas operacionais, líquidas	(13.883)	(11.470)	(5.697)
Resultado financeiro líquido (1)	3.431	4.892	12.391
Imposto de renda e contribuição social	3.528	(15.131)	(2.272)
Lucro líquido do exercício	100.485	584.276	542.191
Abertura da equivalência patrimonial por controlada			
Suzano Papel e Celulose S.A.	108.967	606.682	538.973
Premesa S.A. e Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	(1.558)	(697)	(1.204)
	107.409	605.985	537.769

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

10.3. Comentários dos Diretores em relação aos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado, nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no período em questão.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 31 de agosto de 2016, a Companhia absorveu parcela cindida da IPLF Holding, consistente em 10 milhões de ações ordinárias de emissão da Suzano Papel e Celulose S.A., no montante de aproximadamente R\$ 91,6 milhões.

c) eventos ou operações não usuais

Em 15 de março de 2018, foi celebrado pela Companhia, em conjunto com os demais acionistas controladores da Suzano Papel e Celulose S.A. (em conjunto, os “Acionistas Controladores da Suzano Papel e Celulose S.A.”), e pelos acionistas controladores da Fibria Celulose S.A. (Fibria Celulose S.A. e, em conjunto com a Suzano Papel e Celulose S.A., as “Companhias”), a Votorantim S.A. e o BNDES Participações S.A. (em conjunto, os Acionistas Controladores da Fibria Celulose S.A.), com interveniência e anuência da Suzano Papel e Celulose S.A., o Compromisso de Voto e Assunção de Obrigações, pelo qual os Acionistas Controladores da Suzano Papel e Celulose S.A. e os Acionistas Controladores da Fibria Celulose S.A. acordaram exercer seus votos para combinar as operações e bases acionárias da Suzano Papel e Celulose S.A. e da Fibria Celulose S.A., mediante a realização de reorganização societária.

Foi submetido e aprovado pelos acionistas das Companhias uma reorganização societária que resultará:

- a) na titularidade, pela Suzano Papel e Celulose S.A., da totalidade das ações de emissão da Fibria Celulose S.A.;
- b) no recebimento pelos acionistas da Fibria Celulose S.A., para cada ação ordinária de emissão da Fibria Celulose S.A., de:
 - (i) R\$ 52,50 (cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), corrigido pela variação do CDI desde 15 de março de 2018 até a data do seu efetivo

pagamento ajustado por dividendos antecipados de 2018, liquidado em uma única parcela na data da consumação da operação; e

(ii) 0,4611 ação ordinária de emissão da Suzano Papel e Celulose S.A, a ser entregue também na data da consumação da operação.

Os acionistas da Fibria Celulose S.A. detentores de American Depositary Shares (“ADSs”) farão jus ao recebimento de ADSs da Suzano Papel e Celulose S.A., observada a mesma relação de troca.

Uma vez consumada a operação, as ações e os ADSs de emissão da Fibria Celulose S.A. deixarão de ser negociados na B3 S.A. e na Bolsa de Valores de Nova Iorque, respectivamente.

A consumação da operação previa o cumprimento de algumas condições precedentes usuais para este tipo de operação, incluindo a aprovação por determinadas autoridades da concorrência no Brasil e no exterior. Todas as aprovações ocorreram em 2018. Com todas condições precedentes atendidas iniciou a contagem do prazo de 45 dias para consumação da operação, quando foi efetivada a reorganização societária. A transação foi concluída em 14 de janeiro de 2019.

Em 10 de novembro de 2017 foi concluída a migração da controlada Suzano Papel e Celulose para o segmento do Novo Mercado da B3, com a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da controlada em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação preferencial, classes A ou B, para cada 1 (uma) ação ordinária. Desta forma as 3.262.775 ações preferenciais detidas pela Companhia foram convertidas em 3.262.775 ações ordinárias de emissão da Suzano Papel e Celulose.

10.4. Os comentários a seguir referem-se aos 3 últimos exercícios sociais

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as

informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Foram emitidas e aprovadas novas normas contábeis pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não as adotou de forma antecipada para a preparação destas demonstrações financeiras.

A Administração está em processo de avaliação e mensuração dos reflexos na adoção das referidas normas, quando de sua vigência.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

10.5. Comentários dos Diretores em relação às políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

a) Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial para aquelas situações que apresentam, na data das demonstrações contábeis, risco provável de desembolso futuro, e que possam ser mensuradas com segurança. As provisões para contingências são classificadas como tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas

demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a análise de recuperação dos valores investidos; o imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; e a necessidade de provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

10.6. Descrição dos Diretores sobre os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, (iv) contratos de construção não terminada e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas Demonstrações Financeiras. Todas as suas participações societárias, direitos e obrigações de qualquer natureza estão registrados nas Demonstrações Financeiras em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10.7. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável.

b) Natureza e propósito da operação

Não aplicável.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável.

10.8. Comentários dos Diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, (ii) fontes de financiamento dos investimentos e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há previsão de investimentos para a Companhia.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável.

c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

10.9. Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

ANEXO II

PARA FINS DO ARTIGO 9º, § ÚNICO, II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17.12.2009

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, CONFORME ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09.

ANEXO 9-1-II DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2018

- 1. Lucro líquido do exercício:** No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 100.484.632,08 (Cem milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, seiscientos e trinta e dois reais e oito centavos).
- 2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:** O lucro líquido do exercício de 2018 da Companhia foi transferido integralmente para Reserva Legal no montante de R\$ 5.024.231,60 e para Reserva de Incentivos Fiscais Reflexa no montante de R\$ 95.460.400,48.

Em 20 de março de 2019, foi aprovado em Reunião do Conselho Administrativo a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 113.849.994,25, debitados da Reservas de Lucros, da seguinte forma: R\$ 0,623096 por ação ordinária e R\$ 0,6854056 por ação preferencial classe “A” e “B”. Os dividendos terão como base de cálculo a posição acionária da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia (29 de abril de 2019), para pagamento em data a ser definida na referida Assembleia, passando as ações a serem negociadas “ex-direitos” a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior a tal deliberação (30 de abril de 2019).

Dividendos propostos	Valor por ação	TOTAL R\$
Ações Ordinárias	0,6230960	46.753.476,24
Ações Preferenciais "A"	0,6854056	47.000.199,63
Ações Preferenciais "B"	0,6854056	20.096.318,38
Total		113.849.994,25

- 3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76:** O estatuto social estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Conforme descrito no item 2 acima, a Companhia não distribuiu dividendos sobre o lucro do exercício, mas propôs a distribuição de dividendos a serem debitados da reserva para aumento de capital.

4. Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores: Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

a) o valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio: R\$ 113.849.994,25, conforme demonstrado no item 2 acima.

b) a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio: os dividendos propostos serão pagos na data a ser definida na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 29 de abril de 2019. As ações passarão a ser negociadas “ex-direitos” a partir de 30 de abril de 2019.

c) eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio: não haverá atualização ou incidência de juros sobre os valores propostos para pagamento aos acionistas.

d) data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento: 29 de abril de 2019.

6. Caso tenha havido declaração de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores: A Companhia não pagou dividendos ou juros sobre capital próprio com base em períodos semestrais ou em períodos menores do exercício.

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados: não aplicável.

b) Informar as datas dos respectivos pagamentos: não aplicável.

7. Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos três exercícios anteriores:

	2018	2017	2016
Lucro líquido por ação (R\$):			
Ordinária	0,55	3,20	3,01
Preferencial "A"	0,61	3,52	3,31
Preferencial "B"	0,61	3,52	3,31

b) Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos três exercícios anteriores:

	2018	2017	2016
Dividendos distribuídos por ação R\$:			
Ordinárias	-	0,59	0,70
Preferencial "A"	-	0,65	0,78
Preferencial "B"	-	0,65	0,78

	2018	2017	2016
JSCP distribuídos por ação R\$ (bruto):			
Ação ordinária	-	0,09	-
Preferencial "A"	-	0,10	-
Preferencial "B"	-	0,10	-

8. Havendo destinação de lucros à Reserva Legal:

a) Montante destinado à Reserva Legal: R\$ 5.024.231,60.

b) Detalhar a forma de cálculo da Reserva Legal: 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício depois de deduzido os prejuízos acumulados.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrição da forma de cálculo prevista no estatuto: o Art. 30, alínea "c", do Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de um dividendo mínimo que represente, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no Art. 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente: não aplicável devido à distribuição integral do lucro do exercício para reserva legal e reservas de lucros.

c) Informar o montante eventualmente retido: não aplicável.

11. Retenção de dividendo obrigatório: Não aplicável.

12. **Destinação de resultado para reserva de contingências:** Não aplicável.
13. **Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:** Não aplicável.
14. **Destinação de resultado para reservas estatutárias:**

a) **Descrição das cláusulas estatutárias que estabelecem as reservas:** o Estatuto Social da Companhia estabelece em seu Art. 30, alínea “d”, a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de até 90% (noventa por cento) do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% (oitenta por cento) do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social.

b) **Identificação do montante destinado às reservas estatutárias:** não houve destinação para as reservas estatutárias.

c) **Cálculo do montante das reservas estatutárias:** não houve destinação para as reservas estatutárias.

	<u>(R\$ mil)</u>
Lucro líquido do exercício	100.485
Reserva legal - 5%	(5.024)
Reserva de incentivos fiscais reflexa	<u>(95.461)</u>
	-

15. **Retenção de lucros prevista em orçamento de capital:** Não aplicável.
16. **Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:** Não aplicável.

ANEXO III

FIXAÇÃO DO NÚMERO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA E ELEIÇÃO DE SEUS MEMBROS

De acordo com o artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração é composto de 5 (cinco) a 9 (nove) membros, eleitos pela assembleia geral, que dentre eles designará o Presidente e o Vice-Presidente.

Propõe-se que o Conselho de Administração a ser eleito na Assembleia Geral, com mandato até a assembleia geral ordinária que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, seja composto por 5 (cinco) membros efetivos, mantendo-se, assim, o atual número de membros do Conselho de Administração.

Esclareça-se que, nos termos da Instrução CVM nº 165, conforme alterada, e em vista do valor atual do capital social da Companhia, os Acionistas da Companhia representando, no mínimo 5%, do capital social, poderão requerer, por escrito, com até 48 horas de antecedência à Assembleia Geral, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração. Caso haja pedido de adoção do processo de voto múltiplo, a cada ação de emissão da Companhia serão atribuídos 5 (cinco) votos, sendo reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários, na forma do art. 141 da Lei n. 6.404/76. Recebido o pedido de adoção do processo de voto múltiplo válido, nos termos da Lei 6.404/76 a Companhia divulgará comunicado informando o requerimento de adoção de referido processo para eleição dos membros do Conselho de Administração.

Ainda, na forma do disposto no art. 141, §7º da Lei n. 6.404/76, independentemente do número de conselheiros que, segundo o Estatuto Social, componha o Conselho de Administração, caso a eleição do Conselho de Administração se dê pelo sistema do voto múltiplo e, cumulativamente, seja exercida a prerrogativa de eleger conselheiro de acordo com o art. 141, §4º da Lei n. 6.404/76, será assegurado aos acionistas controladores o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um.

Prestados os esclarecimentos acima, propõe-se que sejam eleitos ou reeleitos os seguintes indivíduos para compor o Conselho de Administração da Companhia, conforme indicado abaixo.

Candidato	Cargo
Claudio Thomaz Lobo Sonder	Presidente
Antonio de Souza Corrêa Meyer	Vice-Presidente
Marcos Sampaio de Almeida Prado	Membro
Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos	Membro
Ricardo Madrona Saes	Membro

Em cumprimento ao artigo 10 da Instrução CVM nº 481/09, as informações sobre os candidatos ao Conselho de Administração encontram-se nas páginas 21 a 27 desta Proposta da Administração.

ANEXO IV

INFORMAÇÕES DOS ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09 (*Candidatos Indicados para Compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal*).

12.5. Candidatos a administradores e membros do conselho fiscal:

Conselho de Administração:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Claudio Thomaz Lobo Sonder
Data de Nascimento:	25 de abril de 1942
Profissão:	Engenheiro
CPF:	066.934.078-20
Cargo a ser ocupado:	Presidente do Conselho de Administração
Data prevista de eleição:	29.04.2019
Data prevista da posse:	14.05.2019
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2020
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	Diretor Vice-Presidente Executivo
Indicado pelo controlador:	Sim
Membro Independente:	Não
Número de mandatos consecutivos:	6
Cargos ocupados em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	Vice-Presidente do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose; membro dos Comitês de Gestão e de Auditoria e coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia da Suzano Papel e Celulose S.A.; Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice Presidente Executivo da IPLF Holding S.A.; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Polpar S.A.; Diretor da Alden Desenvolvimento Imobiliário Ltda.; membro do Conselho Diretor e do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável; e membro do Conselho Curador e Diretor Presidente da Fundação Arymax.
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	
Graduado em Engenharia Química e em Ciências Econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e cursou extensão universitária em Munique, na Alemanha, e	

em Boston, nos Estados Unidos. Claudio Sonder tem 40 anos de experiência profissional em empresas dos setores químico e farmacêutico, tendo participado do Conselho de Administração de empresas como Lojas Renner S.A., RBS Participações S.A., Cyrela Brazil Realty SA Empreendimentos e Participações, dentre outras. Entre 1983 e 1993, foi Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Hoechst do Brasil Química e Farmacêutica S.A. Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) desde 2010, é Diretor Vice-Presidente Executivo e, desde abril de 2013, é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (b) desde 2002 é membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose S.A. (sendo Vice-Presidente desde 2013), nossa controlada e companhia aberta cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; desde 2006, é coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria da Suzano Papel e Celulose S.A.; e desde 2012, é membro do Comitê de Gestão da Suzano Papel e Celulose S.A., sendo responsável, respectivamente, pela (i) orientação geral dos negócios sociais; (ii) coordenação da assessoria relacionada ao planejamento estratégico e de sustentabilidade da companhia; (iii) assessoria relacionada à análise das demonstrações financeiras, desenvolvimento dos controles internos e fiscalização das auditorias interna e externa da companhia; e (iv) análise referente à distribuição da remuneração anual dos administradores; (c) desde abril de 2013, é Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice Presidente Executivo da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (d) de 2010 a maio de 2015, foi Diretor e desde abril de 2015, é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Polpar S.A., companhia aberta controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia; (e) desde 2011, é Diretor da Alden Desenvolvimento Imobiliário Ltda.; (f) desde 2010, é membro do Conselho Diretor e do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável; (g) de 2010 a março de 2018, foi membro do Conselho de Administração e desde março de 2018 é Presidente do Conselho de Administração da MDS, SGPS, S.A., companhia constituída de acordo com as leis da Portugal cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (h) desde abril de 2015, é Diretor da Premesa S.A., controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia; (i) desde 2011, é membro do Conselho Curador, de 2013 a 2018 foi membro da Diretoria Executiva e desde março de 2018 é o Diretor Presidente da Fundação Arymax, associação cuja atividade principal é a promoção, apoio e desenvolvimento de atividades ligadas a interesses sociais.

Claudio Sonder declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou

aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Antonio de Souza Corrêa Meyer
Data de Nascimento:	13 de agosto de 1946
Profissão:	Advogado
CPF:	215.425.978-20
Cargo a ser ocupado:	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Data prevista de eleição:	29.04.2019
Data prevista da posse:	14.05.2019
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2020
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	Nenhum
Indicado pelo controlador:	Sim
Membro Independente:	Sim
Número de mandatos consecutivos:	6
Cargos ocupados em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	Sócio fundador do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados; Membro do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A.; membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose S.A.
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	
<p>Antonio Meyer é graduado em Direito pela Universidade de São Paulo. É sócio fundador do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, onde trabalha até hoje. Atualmente é (i) membro do Conselho de Administração da Companhia e da IPLF Holding S.A. desde 2013 (sendo Vice-Presidente dos referidos Conselhos desde outubro de 2018); (ii) membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose desde 2004; (iii) Conselheiro do Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP; (iv) membro da Diretoria Executiva do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados; (v) membro do Conselho de Administração da ICC Brasil International Chamber of Commerce e do respectivo comitê de Arbitragem; (vi) membro dos Conselhos Consultivo e Curador da Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo, Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos (CONJUR) da FIESP e da Câmara de Mediação e Arbitragem da CIESP - FIESP e Conselheiro do Instituto de Oncologia de São Paulo, Hospital Otavio Frias de Oliveira, e também dos Conselhos Consultivo e Curador da Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo. É também membro do Comitê de Aquisições e Fusões (CAF) da B3. Foi Diretor e Presidente da Associação</p>	

dos Advogados de São Paulo (AASP); Conselheiro Legal e Presidente do Comitê Legislativo da American Chamber of Commerce for Brazil (entre 1987 e 1989); Diretor da Câmara Americana do Brasil e membro do Comitê Legislativo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA); Presidente do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (2006/2008). Exerceu as funções públicas de Secretário da Justiça e de Secretário da Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo. Condecorado com o Colar do Mérito Judiciário, outorgado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. É membro da International Bar Association; da Ordem dos Advogados do Brasil e Instituto dos Advogados de São Paulo.

Antonio Meyer declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Marcos Sampaio de Almeida Prado
Data de Nascimento:	23 de fevereiro de 1951
Profissão:	Administrador de empresas
CPF:	095.833.608-30
Cargo a ser ocupado:	Membro do Conselho de Administração
Data prevista de eleição:	29.04.2019
Data prevista da posse:	14.05.2019
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2020
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	Nenhum
Indicado pelo controlador:	Sim
Membro Independente:	Não
Número de mandatos consecutivos:	6
Cargos Ocupados em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	Membro do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A.; e membro do Conselho Fiscal da JSL S.A.
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	
<p>Graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Atua há 40 anos na prestação de consultoria societária, fiscal e financeira de empresas de médio e grande porte, notadamente em companhias abertas. Nos primeiros vinte anos, atuou pela Arthur Andersen, sendo dez anos como sócio-diretor e os últimos vinte anos pela Almeida Prado, Paes, Caruso e Colauto Consultoria Empresarial. Desde abril de 2013,</p>	

é membro do Conselho de Administração da Companhia e da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades. Também é membro do Conselho Fiscal da JSL S.A.

Marcos Prado declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos
Data de Nascimento:	06.07.1947
Profissão:	Engenheiro
CPF:	269.050.007-87
Cargo a ser ocupado:	Membro do Conselho de Administração
Data prevista de eleição:	29.04.2019
Data prevista da posse:	14.05.2019
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2020
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	Nenhum
Indicado pelo controlador:	Sim
Membro Independente	Não
Número de mandatos consecutivos	0
Cargos ocupados em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Presidente do Conselho de Administração da Tegma Gestão e Logística S.A., membro do Conselho de Administração da Odontoprev S.A., membro do Conselho de Administração da São Martinho S.A. e membro do Comitê de Gestão do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose S.A.
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	
<p>Murilo César Lemos dos Santos Passos é graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1971). Iniciou sua carreira profissional exercendo cargos no Ministério da Indústria e Comércio, no Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) de assessor de Ministro, Secretário Executivo da Comissão Executiva para Papel e Celulose S.A., coordenador de grupos setoriais do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), no período de 1971 a 1977. Atuou também na Companhia Vale do Rio Doce como Diretor da Área de Madeira, Celulose</p>	

e Meio Ambiente, e exerceu cargos de superintendente (Madeira e Celulose), gerente de Departamento de Estudos e Projetos, gerente de assessoria (Vice-Presidência e Diretoria), no período de 1977 a 1989, e, posteriormente, como Diretor da Área de Produtos Florestais, Meio Ambiente e Metalurgia, no período de 1990 a 1993. Neste período em que exerceu a função de Diretor da Companhia Vale do Rio Doce, foi membro do Conselho de Administração das empresas: Florestas Rio Doce S.A.; Alunorte – Alumina do Norte do Brasil S.A.; Aluvale – Vale do Rio Doce Alumínio S.A.; Itabira Internacional Co. Ltda; Bahia Sul Celulose S.A.; Mineração Rio do Norte S.A.; Rio Capim Química S.A.; Usiminas S.A. e da Companhia Siderúrgica de Tubarão; bem como membro do Conselho Consultivo das Empresas: Celulose Nipo-Brasileira S.A. – Cenibra e Cenibra Florestal S.A.; Albrás – Alumínio Brasileiro S.A.; Companhia Docas do Espírito Santo S.A. – Codesa e Rio Doce Geologia S.A. – Dcegeo e Portocel – Terminal de Exportação de Porto do Riacho S.A. Na Celulose Nipo-Brasileira S.A. - Cenibra Florestas do Rio Doce S.A. exerceu, a função de Diretor-Presidente, durante o período de 1989 a 1990. Foi Diretor Superintendente da Bahia Sul Celulose S.A. no período de 1993 a 2001 e posteriormente da Suzano Papel e Celulose S.A até 2006. Ocupou de 2010 a 2017 a Presidência do Conselho de Administração da CPFL Energia e foi membro do Conselho de Administração da CCR em 2016, sendo Presidente em 2017. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração da Tegma Gestão e Logística S.A., membro do Conselho de Administração da Odontoprev S.A., membro do Conselho de Administração da São Martinho S.A. e membro do Comitê de Gestão do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose S.A.

Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Ricardo Madrona Saes
Data de Nascimento:	26/10/1971
Profissão:	Advogado
CPF:	091.952.288-29
Cargo a ser ocupado:	Membro do Conselho de Administração
Data prevista de eleição:	29.04.2019
Data prevista da posse:	14.05.2019
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2020
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	Nenhum
Indicado pelo controlador:	Não. Indicado por Rafael Provenzale Guper, Gabriel Provenzale Guper, Lisabeth S. Sander, Janet Guper,

	Pedro Noah Hornett Guper e Ian Baruch Hornett Guper.
Membro Independente:	Sim
Número de mandatos consecutivos:	2
Cargos ocupados em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	Membro do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A.
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	
<p>Graduou-se em direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1994), pós-graduado em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica (1996) e mestre profissional em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (2015). Ricardo atua em operações de fusões e aquisições, direito societário, contratos, planejamento sucessório e arbitragem. Ele integra a lista de árbitros das Câmaras da Fundação Getúlio Vargas e da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, bem atua como arbitro na Câmara da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. É professor na matéria de Fusões e Aquisições no curso de pós-graduação e no Global Law Program da GVLaw, ambos da Fundação Getulio Vargas. Foi professor do MBA da Fipecafi/IBRI na matéria de legislação societária e mercado de capitais entre 2001 e 2011. Também é sócio-fundador do escritório Madrona Advogados, na área de societário/fusões e aquisições. Faz parte das seguintes associações: Membro da Associação Brasileira de Private Equity & Venture Capital e Membro do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores Membro da ABRASCA. Ainda, foi citado em publicações como Global Chambers, Análise 500, Legal 500 e IFRL, em vista do desempenho das atividades jurídicas. Desde abril de 2017, é membro do Conselho de Administração da Companhia e da IPLF Holding S.A.</p> <p>Ricardo Madrona Saes declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>	

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual da participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (“CA”)		
Membros	Reuniões realizadas pelo CA desde a posse	% de participação nas reuniões após a posse
Claudio Thomaz Lobo Sonder	6	100%
Antonio Meyer	6	100%
Marcos de Almeida Prado	6	100%
Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos	1*	100%
Ricardo Madrona Saes	6	100%

* eleito em 05 de outubro de 2018

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

A Companhia não tem comitês estatutários ou comitê de auditoria, de risco e de remuneração.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual da participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

A Companhia não tem comitês estatutários ou comitê de auditoria, de risco e de remuneração.

12.9. Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre:

a) Candidatos a administradores e administradores da Companhia
Não há relação conjugal, união estável ou parentesco entre os candidatos a administradores e os administradores da Companhia.

b) Candidatos a administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia
<u>Suzano Papel e Celulose S.A.</u>

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco entre os candidatos a administradores e os administradores da Companhia e administradores de controladas diretas e indiretas.

c) Candidatos a administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia

Relações entre administradores e controladores da Companhia: não há relação conjugal, união estável ou parentesco entre os candidatos a administradores da Companhia e controladores da Companhia.

Relações entre (i) administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia e (i) controladores diretos ou indiretos da Companhia: os Srs. David Feffer, Daniel Feffer e Jorge Feffer, membros do grupo de controle da Companhia, são também, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose S.A., uma controlada da Companhia.

O Sr. David Feffer, membro do grupo de controle da Companhia, é também Diretor Presidente da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda., uma controlada da Companhia.

O Sr. David Feffer, membro do grupo de controle da Companhia, é também Diretor Presidente da Premesa S.A., uma controlada da Companhia.

d) Candidatos a administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

A Companhia não possui sociedades controladoras diretas ou indiretas.

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre candidatos a administradores da Companhia e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que a Companhia detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

O Sr. Marcos Sampaio de Almeida Prado, membro do Conselho de Administração da Companhia, através da empresa Almeida Prado, Paes, Caruso e Colauto Consultoria Empresarial da qual é sócio, presta serviço de consultoria societária, fiscal e financeira à Suzano Papel e Celulose S.A., sua controlada.

O Sr. Antonio de Souza Corrêa Meyer, membro do Conselho de Administração da Companhia, é sócio cofundador do escritório de advocacia Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, que presta serviços advocatícios eventuais para a Companhia e Suzano Papel e Celulose S.A., sua controlada.

O Sr. Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos, membro do Conselho de Administração da Companhia, através da empresa MP Passos Treinamento em Desenvolvimento Profissional e em Administração de Negócios Ltda., da qual é sócio, presta serviço de consultoria à Suzano Papel e Celulose S.A., empresa controlada pela Companhia.

b) Controlador direto ou indireto da Companhia

Não há relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre os candidatos a administradores da Companhia e controlador direto ou indireto da Companhia.

c) Fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes.

Não existe relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre candidatos a administradores da Companhia e fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas.

ANEXO V

PARA FINS DOS INCISOS I E II DO ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09 PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

É proposta a fixação da verba global anual destinada à remuneração dos administradores da Companhia no montante de até R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), a ser distribuída entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, observado o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social. O montante proposto considera as responsabilidades dos administradores, o tempo dedicado às funções, a competência, a reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado.

O montante acima compreende (a) até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) correspondente à remuneração dos membros do Conselho de Administração, nos termos do Art. 162, §3º da Lei nº 6.404/76; e (b) até R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) correspondentes à remuneração fixa e variável dos membros da Diretoria, sendo certo que a remuneração fixa individual é compatível com os valores pagos aos executivos de empresas do mesmo porte, enquanto a remuneração variável correspondente ao bônus e ao incentivo de longo prazo e tem o seu pagamento vinculado ao cumprimento de metas pré-estabelecidas. Deste modo, o pagamento da remuneração variável está sujeito ao cumprimento parcial ou total das metas pré-estabelecidas, podendo, inclusive, não ser devida, na hipótese de as metas não serem atingidas. O montante proposto também contempla os valores correspondentes aos tributos e encargos incidentes sobre a remuneração e de responsabilidade da Companhia, e, ainda, benefícios de qualquer natureza.

O montante proposto refere-se à verba máxima total a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores no período compreendido entre os meses de abril de 2019 e março de 2020.

ANEXO VI

INFORMAÇÕES DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nossa política de remuneração, que não foi formalmente aprovada, tem por objetivo atrair e reter profissionais na Companhia que tenham alinhamento com nossos princípios e valores e com os objetivos dos acionistas.

Para tanto, pautamos nossa política pelo acompanhamento do ambiente externo e comparamos anualmente nossa grade salarial com mercados de referência, composto por empresas concorrentes nos segmentos em que atuamos, multinacionais brasileiras, empresas de capital aberto ou que possuam estratégia de remuneração similar àquela que praticamos.

Nossa estratégia de remuneração indica que queremos nos posicionar acima mediana de nosso mercado de referência na remuneração total para que, com isto, possamos atingir nossos objetivos de atração e retenção dos profissionais de alto nível que ajudarão a Companhia a entregar e superar os resultados planejados.

Praticamos também, com relação à remuneração variável, a participação nos lucros e resultados alicerçada por metas que estejam alinhadas à estratégia da Companhia e que sejam adequadas para cada parcela dos nossos colaboradores.

Para alguns colaboradores que tenham responsabilidade direta ou indireta e ativa na estratégia de longo prazo da Companhia, oferecemos até o ano de 2017 a possibilidade de acesso a um programa de incentivo de longo prazo atrelado à valorização das ações da Suzano Papel e Celulose, do tipo *phantom shares*. A partir do ano de 2018 o programa de incentivo de longo prazo passou a se basear na concessão de um bônus diferido atrelado a um limite de múltiplo salarial.

Os programas têm por objetivo estimular a expansão da Companhia e o atingimento das metas empresariais estabelecidas, a partir da criação de incentivos que visem um maior alinhamento de nossos executivos, administradores e colaboradores, com os objetivos da Companhia.

b) Composição da remuneração, indicando: (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; (ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total; (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; e (iv) razões que justificam a composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um destes elementos

Conselho de Administração: Os membros do Conselho de Administração recebem somente a remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa recompensar, atrair e reter Conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia. Nenhum conselheiro participa do programa de incentivo de longo prazo atrelado à valorização das ações da Companhia, do tipo *phantom shares*.

Diretoria: Os membros da Diretoria fazem jus à remuneração fixa e variável. Para a remuneração variável há o incentivo de curto prazo, como forma de recompensa pelo atingimento de metas que sustentem a estratégia de curto prazo da Companhia.

Até o ano de 2017 houve a possibilidade de acesso a um programa de incentivo de longo prazo que, por meio de mecanismo de *phantom shares*, recompensa os executivos pelo atingimento de metas que dão sustentação aos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia. A partir do ano de 2018 o programa de incentivo de longo prazo passou a se basear na concessão de um bônus diferido atrelado a um limite de múltiplo salarial.

Ambas parcelas da remuneração variável atuam no alinhamento dos executivos com os objetivos dos acionistas e com a sustentabilidade da Companhia. Tanto a remuneração fixa quanto a variável dos membros da Diretoria são estabelecidas, conforme padrões de mercado por meio de pesquisas conduzidas por renomadas consultorias especializadas no tema.

Conselho Fiscal:

Quando instalado, os membros do Conselho Fiscal recebem, cada membro, remuneração fixa, superior a 10% (dez por cento) da remuneração média atribuída à diretoria da Companhia, excluídos os benefícios, verbas de representação e

participação nos lucros atribuídos aos diretores, na forma do §3º do Art. 162 da Lei 6.404/76.

Comitês

Não há Comitês na Companhia.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração: Nos últimos três anos 100% da remuneração total do Conselho de Administração foi paga no modelo de remuneração fixa.

Diretoria: A tabela abaixo indica o percentual da parcela da remuneração fixa (salários / pró-labores, benefícios diretos e indiretos e pós emprego), da variável de curto prazo (bônus e participação nos resultados) e a remuneração variável de longo prazo (baseada em ações):

Ano	Remuneração Fixa (1)	Remuneração Variável Curto Prazo (2)	Remuneração Variável Longo Prazo (3)
2018	45%	34%	21%
2017	30%	65%	5%
2016	54%	42%	4%

(1) Remuneração fixa (salários / pró-labores, benefícios diretos e indiretos e pós emprego)

(2) Remuneração variável curto prazo (bônus e participação nos resultados)

(3) Remuneração variável longo prazo (baseada em ações)

Conselho Fiscal: Para o Conselho Fiscal, 100% de sua remuneração total é paga no modelo de remuneração fixa. Esses percentuais podem variar em função do resultado dos indicadores que direcionam a remuneração variável.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores da remuneração pagos pela Companhia aos membros da Diretoria e Conselho de Administração são periodicamente comparados com os valores pagos pelo mercado, conforme diretrizes estabelecidas pela estratégia de remuneração, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas renomadas e especializadas no tema, de modo a apurar o grau de competitividade e, se necessário, avaliar a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que esteja desalinhado.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Buscamos alinhar a composição de nossa remuneração às proporções praticadas pelo mercado e estas são também dimensionadas de modo a atingir o objetivo da estratégia

de remuneração quanto ao posicionamento da remuneração total acima da mediana deste mercado selecionado.

Os valores de remuneração pagos pela Companhia ao Conselho Fiscal observam o disposto no §3º do Art. 162 da Lei 6.404/76.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

O membro da Diretoria que é acionista controlador não recebe remuneração.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a parcela fixa da remuneração são consideradas pesquisas de mercado e o posicionamento relativo da remuneração frente a este mercado.

Para as parcelas variáveis são definidos indicadores que demonstrem o suporte à estratégia da Companhia. Um exemplo de metas definidas no período são o EBITDA de empresas controladas.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela fixa da remuneração é estruturada para um posicionamento na mediana do mercado selecionado, tendo como base pesquisas conduzidas por consultorias especializadas no tema.

A remuneração variável é estruturada de modo que somente quando atingidos níveis medianos das metas definidas seja reconhecida remuneração variável.

Adicionalmente, a Companhia tem um programa de avaliação de performance dos membros da Diretoria, de modo a garantir o alinhamento destes às metas, aos valores e princípios éticos da Companhia. Esta avaliação também tem reflexo em uma parcela da remuneração variável.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia busca o alinhamento das práticas de remuneração com os interesses de curto prazo por meio da atração e retenção de profissionais que agreguem valor ao seu negócio. Para isso aplica alinhamento da remuneração fixa com um mercado selecionado.

Ainda no alinhamento de curto prazo, a Companhia monitora e reconhece, por meio da remuneração variável de curto prazo, indicadores de desempenho dos negócios em base anual.

Alguns destes indicadores também atuam no alinhamento dos interesses de médio prazo.

Os programas de incentivo de longo prazo atuam no alinhamento dos interesses de longo prazo da Companhia.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração recebida por administradores em função do cargo que ocupam na Companhia que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle acionário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinados eventos societários.

h) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O processo decisório é feito pela Diretoria Estatutária com base nas pesquisas de mercado de remuneração realizadas anualmente pelas consultorias especializadas contratadas pela Companhia.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de

mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária são estabelecidas conforme padrões de mercado por meio de pesquisas de remuneração anuais conduzidas por renomadas consultorias especializadas no tema.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não há avaliação da política de remuneração pelo Conselho de Administração.

13.2. Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais				
a) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b) Nº total de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
c) Nº de membros remunerados	5,00	2,00	0,00	7,00
d) Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual, segregada em				
Salário ou pró-labore	420.000,00	1.571.057,34	-	1.991.057,34
Benefícios direto e indireto	-	176.225,42	-	176.225,42
Remuneração por Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	84.000,00	327.407,35	-	411.407,35
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	-	-
ii. Remuneração variável, segregada em				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	2.457.673,68	-	2.457.673,68
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
v. Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	2.148.544,33	-	2.148.544,33
e) Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	504.000,00	6.680.908,12	-	7.184.908,12
f) Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	504.000,00	6.680.908,12	-	7.184.908,12

Observação	-	-	-	-
-------------------	---	---	---	---

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
g) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
h) Nº total de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
i) Nº de membros remunerados	5,00	2,00	3,00	10,00
j) Remuneração segregada em:				
vi. Remuneração fixa anual, segregada em				
Salário ou pró-labore	418.600,00	2.953.942,85	368.701,20	3.741.244,05
Benefícios direto e indireto	-	137.299,10	-	137.299,10
Remuneração por Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	84.196,93	325.697,71	73.740,24	483.634,88
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	-
vii. Remuneração variável, segregada em				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	2.605.793,21	-	2.605.793,21
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
viii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
ix. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
x. Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	1.625.273,47	-	1.625.273,47
k) Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	502.796,93	7.648.006,34	442.441,44	8.593.244,71
l) Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	502.796,93	7.648.006,34	442.441,44	8.593.244,71
Observação	-	-	-	-

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais				
a) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b) Nº total de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
c) Nº de membros remunerados	5,00	2,00	3,00	10,00
d) Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual, segregada em				
Salário ou pró-labore	419.766,67	1.569.305,82	368.701,20	2.357.773,69
Benefícios direto e indireto	-	142.440,45	-	142.440,45

Remuneração por Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	83.953,33	371.289,34	73.740,24	528.982,91
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	-
ii. Remuneração variável, segregada em:				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	4.629.290,30	-	4.629.290,30
Remuneração por Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
xi. Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	339.668,92	-	339.668,92
e) Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	503.720,00	7.051.994,83	442.441,44	7.998.156,27
f) Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	503.720,00	7.051.994,83	442.441,44	7.998.156,27
Observação	-	-	-	-

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais				
g) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
h) Nº total de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
i) Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,00	12,00
j) Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual, segregada em				
Salário ou pró-labore	420.000,00	5.616.537,48	368.701,20	6.405.238,68
Benefícios direto e indireto	-	566.442,29	-	566.442,29
Remuneração por Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	84.000,00	1.123.307,50	73.740,24	1.281.047,74
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	-
ii. Remuneração variável, segregada em:				
Bônus	-	-	-	-

Participação de resultados	-	5.805.586,00	-	5.805.586,00
Remuneração por Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
iii. Benefícios pós-emprego	-	48.779,25	-	48.779,25
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
xii. Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	561.806,29	-	561.806,29
k) Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	504.000,00	13.722.458,81	442.441,44	14.668.900,25
l) Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	504.000,00	13.722.458,81	442.441,44	14.668.900,25
Observação	-	-	-	-

13.3. Remuneração variável dos últimos três exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Exercício social corrente (previsão para 31.12.2019)

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	3	3	11
Número de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (*)	N/A	2.200.000,00	N/A	2.200.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	2.575.323,00	N/A	2.575.323,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	2.445.403,50	N/A	2.445.403,50

(*) Assume o atingimento das metas.

Exercício social encerrado em 31.12.2018

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	3	3	11
Número de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	2.392.469,20	N/A	2.392.469,20
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	2.825.524,90	N/A	2.825.524,90
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	2.608.997,05	N/A	2.608.997,05
Valor efetivamente reconhecido exercício social	N/A	2.605.793,21	N/A	2.605.793,21

Exercício social encerrado em 31.12.2017

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	3	3	11
Número de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	2.392.469,20	N/A	2.392.469,20
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	4.725.524,90	N/A	4.725.524,90
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	4.508.997,05	N/A	4.508.997,05
Valor efetivamente reconhecido exercício social	N/A	4.629.290,30	N/A	4.629.290,30

Exercício social encerrado em 31.12.2016

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	4	3	12
Número de membros remunerados	0	4	0	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	3.100.000,00	N/A	3.100.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	6.327.538,00	N/A	6.327.538,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	5.881.021,00	N/A	5.881.021,00
Valor efetivamente reconhecido exercício social	N/A	5.805.586,00	N/A	5.805.586,00

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

a. Termos e condições gerais

Para seus principais executivos e membros chave entre seus colaboradores, a Companhia ofereceu até o ano de 2017 a possibilidade de acesso a um programa de incentivo de longo prazo (ILP) atrelado ao preço da ação da Suzano Papel e Celulose (“SPC”), subsidiária da Companhia, com pagamento em moeda corrente (liquidação em caixa). Este plano tem o pagamento baseado na apreciação do valor das ações, sendo chamado de SAR (Share Appreciation Rights), e leva também em consideração o desempenho das ações da SPC em relação aos principais concorrentes, como será detalhado no item “i”.

Não há previsão para novas outorgas do Plano SAR.

- **Plano de SAR**

Para seus principais executivos e membros chave entre seus colaboradores, a Companhia passou a outorgar em 2014 o plano SAR (Share Appreciation Rights, ou Plano de Apreciação do Valor das Ações). O pagamento deste plano considera a diferença entre o preço da ação da SPC e um valor base. Isso traz ao Plano característica similar à planos de opções de compras de ação (o valor base, cumpre o papel do preço de exercício de um plano de opções). Por este motivo, e por ser liquidado em dinheiro (em caixa) o plano também é chamado de Plano de Opções Fantasmas.

As outorgas têm preço de exercício (ou patamar mínimo de valorização das ações) que representa 20% da média dos 90 últimos pregões antes da data de outorga. A outorga foi composta de 1 lote com término da carência 3 anos após a outorga e com vencimento 5 anos após a data de outorga. Depois de solicitado o resgate (pagamento do preço de exercício), o beneficiário deve aguardar 6 meses para receber o valor devido pela Companhia (similar ao período de lock up de planos liquidados em ações).

O beneficiário pode ser convidado a participar do plano. O aceite está relacionado ao investimento de um valor que representa 5% do valor da outorga. No final da carência, o executivo pode pagar 20% do valor da outorga para aquisição das ações fantasmas (ou seja, para exercer as opções fantasmas). Tanto os 5% quanto os 20% devem ser depositados na conta da empresa.

Assim o ganho do beneficiário pode ser penalizado ou bonificado em razão do desempenho das ações da SPC em comparação ao desempenho das ações concorrentes.

b. Principais objetivos dos planos

Os principais objetivos do Plano de SAR oferecidos pela Suzano Holding são:

- i. alavancar negócios e resultados, incentivando os executivos em busca de contribuições efetivas para o crescimento da empresa;
- ii. fortalecer o comprometimento com os resultados sustentáveis, compatibilizando visão do curto e longo prazo;
- iii. permitir que o crescimento da empresa proporcione uma recompensa financeira ao mesmo tempo em que compõe um fator de retenção dos principais executivos; e
- iv. estabelecer critérios de Participação nos Lucros e Resultados de Longo Prazo para executivos elegíveis.

c. Forma como os planos contribuem para estes objetivos

Os planos contribuem para os objetivos apresentados acima, por meio do alinhamento dos objetivos pessoais e financeiros dos beneficiários com os objetivos de longo prazo da Companhia.

d. Como os planos se inserem na política de remuneração do emissor

Os planos se inserem na política de remuneração da Companhia, de modo a compor a remuneração total dos beneficiários.

Assim, em pesquisa de mercado selecionado conduzida por consultoria especializada, é avaliado o posicionamento da remuneração total dos beneficiários versus este mercado, sendo que a estratégia da Companhia é que estes estejam posicionados acima da média destes resultados.

e. Como os planos alinham os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

• Plano SAR

As outorgas realizadas com base nos programas de remuneração baseada em ações (ações fantasmas e SARs) alinham os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo, desde a concessão, uma vez que estes programas de remuneração baseiam-se em indicadores de desempenho incentivando o interesse dos

administradores em trabalhar na valorização da empresa para a consequente valorização de suas ações ou opções outorgadas.

Além disso, o ciclo dos programas prevê um período de vesting (carência) para as SARs, de modo a estimular o interesse do beneficiário em focar em ações de gestão sustentáveis de longo prazo.

f. Número máximo de ações abrangidas

Limite não aplicável, uma vez que na modalidade SAR (opções fantasmas) não são emitidas / outorgadas ações existentes da Companhia – a liquidação se dá em caixa.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Não há na Companhia plano de Opção de Compra de Ações.

h. Condições de aquisição das ações

• **Plano de SAR**

São elegíveis a este programa os Diretores e Vice-Presidentes da Companhia.

O convite em um determinado ano não é garantia de permanência no programa, sendo que os candidatos selecionados em um ano podem ou não estar na lista em anos subsequentes.

O regulamento do Plano determina ainda as seguintes condições para que esses beneficiários passem a ter direito sobre o exercício das SAR (condições de aquisição e não- aquisição): i) no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as SAR que lhe foram outorgadas, sem indenização, perdendo também o valor investido para ingressar no programa; ii) na hipótese de desligamento sem justa causa, o beneficiário receberá o valor investido para o ingresso no programa corrigido pelo índice IPCA; iii) na ausência da situação (i) e (ii) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas SAR nos termos definidos pelos regulamentos.

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as SARs somente podem ser exercidas após um período de carência de três anos (período de aquisição). Também devem ser considerados o prazo máximo de 5 anos para o resgate (vencimento) e um prazo de 6 meses após pagamento dos 20% de exercício para efetivamente receber o pagamento por parte da companhia (um conceito similar ao de lock up de ações).

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

- **Plano de SAR**

O preço de exercício, correspondente a cada SAR (opção fantasma), pelo qual os beneficiários poderão exercer sua opção, é calculado da seguinte forma:

$Pe = 20\% \times \text{Média dos últimos 90 pregões antes da data de outorga.}$

Já o valor resgatado é dado por:

$VR = [VMA - Pe] \times TSR$, sendo:

VR = Valor Resgatado = Valor a ser resgatado pelo beneficiário

VMA = VMA = cotação média das ações da Companhia apuradas pela média dos últimos 90 pregões contando-se a partir do fechamento do último dia útil de pregão do mês anterior ao mês da concessão.

TSR = percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação a seus concorrentes que pode variar de 75% a 125%, quando aplicável. Caso a Companhia tenha desempenho (TSR ou Total Shareholder Return) superior ao de seus dois principais peers, o executivo tem seu pacote de SAR multiplicado por 125%. Caso seu desempenho (TSR) seja superior a apenas um dos peers, o valor do pacote de SAR é multiplicado por 100%. Caso o seu desempenho seja inferior ao dos dois principais peers, o pacote de SAR é multiplicado por 75%.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício deve respeitar ao menos o ciclo que a Companhia determina como adequado para o retorno das ações dos beneficiários em forma de resultados para a Companhia.

- **Plano SAR**

O prazo máximo de exercício (vencimento) das SAR é de 5 anos após a outorga.

k. Forma de liquidação

A liquidação é feita em caixa.

l. Restrições a transferência das ações

Não há para este programa a concessão de ações da Companhia, uma vez que a liquidação é realizada em dinheiro.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os planos de Incentivo de Longo Prazo poderão ser extintos, a qualquer tempo, por decisão da Diretoria da Companhia. O término da vigência do plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor que tenham sido outorgadas por meio do regulamento vigente.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Conforme mencionado no item (h) acima, em situações de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as SAR que lhe foram outorgadas, sem indenização, perdendo também o valor investido para ingressar no programa. Na hipótese de desligamento sem justa causa por parte da empresa, o beneficiário receberá o valor investido para o ingresso no programa corrigido pelo índice IPCA.

13.5 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

As informações dos Planos de Ações Fantasma (*phantom shares*) são apresentadas nas tabelas a seguir.

Não existem Ações Fantasma para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária foi contemplada por estes planos até 2016.

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS

31/12/2016

O Plano de Ações Fantasma teve seus últimos lotes encerrados em 2016 e não há previsão de novas outorgas.

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS		Período fiscal com fim em 31/12/2016	
a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número Total de Membros		4,00	
c) Número de Membros Remunerados		1,00	
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:			
i. Data de Outorga	01/03/2013		
ii. Quantidade de ações fantasmas outorgadas	43.768		

iii. Quantidade de ações fantasmas em aberto no início do período	43.768		
iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga		
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 anos após a data de outorga		
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas		
vii. Valor médio ponderado das ações fantasma:			
• em aberto no início do exercício social	11,44		
• perdidas durante o exercício social		Não há	
• exercidas durante o exercício social	20,10		
• expiradas durante o exercício social		Não há	
e) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	6,58		
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável para Ações Fantasmas		

PLANO SAR

PLANO DE SAR		Previsão para 31/12/2019	
a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número Total de Membros	3,00		
c) Número de Membros Remunerados	1,00		
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:			
i. Data de Outorga	01/04/2016	01/04/2017	
i. Quantidade de SAR outorgada	21.479	27.565	
ii. Quantidade de SAR em aberto no início do período	21.479	27.565	
iv. Prazo para que as SAR se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga		
v. Prazo máximo para exercício das SAR	5 anos após a data de outorga		
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR		
vii. Valor médio ponderado das SAR			
• em aberto no início do exercício social	42,93	48,64	
• perdidas durante o exercício social	Não há previsão		
• exercidas durante o exercício social	Não há previsão		
• expiradas durante o exercício social	Não há previsão		
e) Valor justo das SAR na data da outorga	13,78	10,42	
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as SAR	Não aplicável para SAR		

PLANO DE SAR		Período fiscal com fim em 31/12/2018		
a) Órgão	Diretoria Estatutária			
b) Número Total de Membros	3,00			
c) Número de Membros Remunerados	1,00			
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:				
i. Data de Outorga	01/04/2015	01/04/2016	01/04/2017	
i. Quantidade de SAR outorgada	26.903	21.479	27.565	
ii. Quantidade de SAR em aberto no início do período	26.903	21.479	27.565	
iv. Prazo para que as SAR se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga			
v. Prazo máximo para exercício das SAR	5 anos após a data de outorga			
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR			
vii. Valor médio ponderado das SAR				
• em aberto no início do exercício social	17,11	50,15	48,64	
• perdidas durante o exercício social	Não há	Não há	Não há	

• exercidas durante o exercício social	Não há	43,78	Não há
• expiradas durante o exercício social	Não há	Não há	Não há
d) Valor justo das SAR na data da outorga	10,93	13,78	10,42
e) Diluição potencial em caso de exercício de todas as SAR	Não aplicável para SAR		

PLANO DE SAR

Período fiscal com fim em 31/12/2017

a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número Total de Membros	3,00		
c) Número de Membros Remunerados	1,00		
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:			
i. Data de Outorga	01/04/2015	01/04/2016	01/04/2017
i. Quantidade de SAR outorgada	26.903	21.479	27.565
ii. Quantidade de SAR em aberto no início do período	26.903	21.479	27.565
iv. Prazo para que as SAR se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga		
v. Prazo máximo para exercício das SAR	5 anos após a data de outorga		
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR		
vii. Valor médio ponderado das SAR			
• em aberto no início do exercício social	16,31	14,41	13,21
• perdas durante o exercício social	Não há previsão		
• exercidas durante o exercício social	Houveram 33.863 SAR exercidas em 2017		
• expiradas durante o exercício social	Não há previsão		
d) Valor justo das SAR na data da outorga	10,93	13,78	10,42
e) Diluição potencial em caso de exercício de todas as SAR	Não aplicável para SAR		

PLANO DE SAR

Período fiscal com fim em 31/12/2016

a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número Total de Membros	4,00		
c) Número de Membros Remunerados	1,00		
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:			
i. Data de Outorga	01/04/2014	01/04/2015	01/04/2016
i. Quantidade de SAR outorgada	96.573	74.807	59.073
ii. Quantidade de SAR em aberto no início do período	96.573	74.807	0
iv. Prazo para que as SAR se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga		
v. Prazo máximo para exercício das SAR	5 anos após a data de outorga		
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR		
vii. Valor médio ponderado das SAR			
• em aberto no início do exercício social	11,68	11,13	9,50
• perdas durante o exercício social	Não há		
• exercidas durante o exercício social	8,87	8,32	7,47
• expiradas durante o exercício social	Não há		
e) Valor justo das SAR na data da outorga	8,16	10,93	13,78
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as SAR	Não aplicável para SAR		

13.6 Opções em Aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

As informações sobre o Plano de SAR (*Share Appreciation Rights*) são apresentadas na tabela a seguir.

Não existe remuneração baseada em ações disponível para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por estes planos.

O Plano de Ações Fantasmas teve seus últimos lotes encerrados em 2016 e não há previsão de novas outorgas.

PLANO SAR

PLANO DE SAR	Período fiscal com fim em 31/12/2017
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	3,00
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Em relação às SAR ainda não exercíveis	
i. Quantidade	49.044
ii. Data em que se tornarão exercíveis	01/04/2019 – 21.479 03/04/2020 – 27.565
iii. Prazo máximo para exercício	5 anos após a data de outorga
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR
v. Preço médio ponderado de exercício	R\$ 2,89
vi. Valor justo das SAR no último dia do exercício social	R\$ 2.263.560,30
e) Em relação às SAR exercíveis	
i. Quantidade	Não há SAR exercíveis
ii. Prazo máximo para exercício das ações fantasma	Não há SAR exercíveis
iii. Prazo de restrição à transferência das ações	Não há SAR exercíveis
iv. Preço médio ponderado de exercício	Não há SAR exercíveis
v. Valor justo das SAR no último dia do exercício social	Não há SAR exercíveis
vi. Valor justo do total das SAR no último dia do exercício social	R\$ 2.263.560,30

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

As informações sobre o Plano de SAR (*Share Appreciation Rights*) são apresentadas nas tabelas a seguir. O primeiro exercício do plano de SAR foi realizado em 2016, não cabendo, portanto, incluir informações sobre exercícios anteriores a 2016.

A partir de 2017 não houve mais exercício de Planos de Ações Fantasmas, já que estes se encerraram em 2016.

Não existe remuneração baseada em ações disponível para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por estes planos.

PLANO DE SAR

Período fiscal com fim em 31/12/2018

a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	3,00
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Em relação às ações do Plano de SAR exercidas	
i. Quantidade	26.903
ii. Preço médio ponderado de exercício	R\$ 2,34
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 1.177.813,34
e) Em relação às ações entregues	Não aplicável para SAR
i. Número de ações	Não aplicável para SAR
ii. Preço médio ponderado de aquisição	Não aplicável para SAR
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	Não aplicável para SAR

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

As informações divulgadas nos itens 13.5 a 13.7 são referentes à remuneração baseada em ações dos órgãos administrativos da Companhia (Diretoria Estatutária e Conselho Administrativo). As notas explicativas dos resultados trimestrais e do resultado anual da Companhia apresentam informações referentes a todos colaboradores abrangidos pelos planos de remuneração baseados em ações.

Plano SAR

Para a mensuração do valor justo dos ativos outorgados no plano SAR, a Companhia utilizou o modelo matemático de aproximação para opções seguindo o método de Simulação de Monte Carlo. Isso foi realizado por conta da natureza da SAR que se assemelha a uma opção, porém com a liquidação em caixa. A escolha deste método específico se deveu à necessidade de simular não apenas a dinâmica do valor das ações da Companhia no Futuro, mas também de seus competidores, uma vez que ambos impactam o ganho do beneficiário.

Na modelagem não foram consideradas condições de exercício antecipado no cálculo das SAR. Demais premissas consideradas (data base de 31/12/2018 – data de recálculo do valor do SAR para fins de fechamento):

Premissa	Valor Considerado
Preço do ativo base ⁽¹⁾	R\$ 42,46
Expectativa de Volatilidade ⁽²⁾	44,36% a.a.
Expectativa de vida média das opções ⁽³⁾	Igual à vida do contrato
Expectativa de distribuição de dividendos ⁽⁴⁾	1,00% a.a.
Taxa de Juros média ponderada livre de risco ⁽⁵⁾	8,72% a.a.

- (1) O preço do ativo base foi definido considerando a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões para a ação SUZB5 na data de cálculo da SAR;
- (2) A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, considerando 745 pregões anteriores à data de cálculo das SAR e utilizando o modelo GARCH de cálculo de volatilidade;
- (3) A expectativa de vida média das opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;
- (4) A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia;
- (5) A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição. O valor apresentado representa a média entre cada uma das outorgas.

13.9. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

COMPANHIA

		31/12/2018		
Sociedade	Tipo	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Suzano Holding S.A.	Ações Ordinárias	-	13.599.939	-
	Ações Preferenciais Classe A	-	12.249.440	-
	Ações Preferenciais Classe B	-	5.312.663	-

CONTROLADAS

		31/12/2018		
Sociedade	Tipo	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Suzano Papel e Celulose S.A.	Ações Ordinárias	128.353	52.743.764	-
	ADR	30.000	-	-

		31/12/2018		
Sociedade	Tipo	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Premesa S.A.	Ações Ordinárias	-	31	-

SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM

		31/12/2018		
Sociedade	Tipo	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
IPLF Holding S.A.	Ações Ordinárias	-	61.099.375	-
	Ações Preferenciais	-	716	-

		31/12/2018		
Sociedade	Tipo	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Polpar S.A.	Ações Ordinárias	-	6.129	-
	Ações Preferenciais	-	7.250	-

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	5	3	3	11
c. Número de Membros remunerados	0	1	0	1
d. Nome do plano	-	Suzano Prev	-	-
e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	1	-	1
f. Condições para se aposentar antecipadamente	-	Ter no mínimo 55 anos, no mínimo 3 anos de permanência no Suzano Prev. e rescindir o contrato de trabalho com a Companhia.	-	-
g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	1.582.292,58	-	1.582.292,58
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	-	-	-
i. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	-	O resgate pode ocorrer total ou parcialmente a qualquer momento, respeitando a carência mínima entre os resgates de 60 dias, conforme previsto na legislação vigente.	-	-

13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Premissas:

O valor médio da remuneração anual de cada órgão correspondente a divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão (letra “e” o item 13.2) pelo número de membros remunerados informado para o respectivo órgão (letra “c” do item 13.2).

O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão deverá foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.

O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado e seu respectivo membro exerceu 12 meses suas funções na entidade.

Relativo ao Ano 2018	Membros	Menor Valor	Valor Médio	Maior Valor
Conselho Administração	5,00	100.800,00	100.800,00	100.800,00
Conselho Fiscal	3,00	147.480,48	147.480,48	147.480,48
Diretoria Estatutária	2,00	3.488.805,24	3.824.003,17	4.159.201,10

Observação 2018:

- O valor médio da remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a exclusão de 01 membro não remunerado no exercício.

Relativo ao Ano 2017	Membros	Menor Valor	Valor Médio	Maior Valor
Conselho Administração	5,00	100.800,00	100.744,00	100.800,00
Conselho Fiscal	3,00	147.480,48	147.480,48	147.480,48
Diretoria Estatutária	2,00	1.705.636,78	3.525.997,42	5.346.358,05

Observação 2017:

- Na linha “e” do item 13.2 referente ao ano de 2017, a remuneração do Conselho de Administração foi informada considerando a saída de um membro em 28/04 e a entrada do novo membro em 02/05 devido ao final de semana e feriado de 01/05/2017 (dias não úteis para admissão). Este intervalo na transição dos membros refletiu na informação do valor médio da remuneração anual deste órgão.

- O valor médio da remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a exclusão de 01 membro não remunerado no exercício.

Relativo ao Ano 2016	Membros	Menor Valor	Valor Médio	Maior Valor
Conselho Administração	5,00	100.800,00	100.800,00	100.800,00
Conselho Fiscal	3,00	147.480,48	147.480,48	147.480,48
Diretoria Estatutária	4,00	1.454.523,20	3.430.614,70	7.068.358,82

Observação 2016:

- Todos os membros dos respectivos órgãos exerceram o cargo por 12 meses no ano de 2016 e foram remunerados no exercício.
- O valor da menor, maior e média da remuneração anual do Conselho Fiscal e Conselho de Administração é o mesmo, uma vez que todos os membros recebem a mesma remuneração.

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação ao último exercício social

Órgão	Exercício social encerrado em 31.12.2018	Exercício social encerrado em 31.12.2017	Exercício social encerrado em 31.12.2016
Diretoria Estatutária	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho de Administração	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-

13.14 Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam,

como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

Órgão	Exercício social encerrado em 31.12.2018	Exercício social encerrado em 31.12.2017	Exercício social encerrado em 31.12.2016
Diretoria Estatutária	-	-	-
Conselho de administração	-	874.680,00	874.680,00
Conselho Fiscal	-	-	-
TOTAL	-	874.680,00	874.680,00

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação ao último exercício social

a) Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor - Exercício Social 31/12/2018

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

b) Demais remunerações recebidas - Exercício Social 31/12/2018

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	2.102.160,00	6.858.673,00	-	8.960.833,00
Sociedades sob controle comum	576.066,66	-	48.000,00	624.066,66

a) Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor - Exercício Social 31/12/2017

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

b) Demais remunerações recebidas - Exercício Social 31/12/2017

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	1.622.160,00	6.858.673,00	-	8.480.833,00

Sociedades sob controle comum	179.910,05	-	48.000,00	227.910,05
-------------------------------	------------	---	-----------	------------

a) Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor - Exercício Social 31/12/2016

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

b) Demais remunerações recebidas - Exercício Social 31/12/2016

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	1.501.560,00	5.846.727,00	-	7.348.287,00
Sociedades sob controle comum	180.000,00	-	-	180.000,00

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes a respeito da remuneração dos Administradores da Companhia foram divulgadas nos itens acima.

14.1 Descrição dos recursos humanos da Companhia, em relação aos 3 últimos exercícios sociais:

a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).

Distribuição dos Colaboradores	Gestão	Especialista	Administrativa	Operacional	Total
Exercício de 2018					
São Paulo	06	03	20	0	29

Distribuição dos Colaboradores	Gestão	Especialista	Administrativa	Operacional	Total
Exercício de 2017					
São Paulo	06	04	24	0	34

Distribuição dos Colaboradores	Gestão	Especialista	Administrativa	Operacional	Total
Exercício de 2016					
São Paulo	07	06	21	0	34

b) Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica): Não aplicável.

c) Índice de rotatividade

Índice Rotatividade Exercício de 2018	Efetivos	Transferência	Admissões	Desligamentos	Rotatividade
São Paulo	29	0	02	07	15,52%

Índice Rotatividade Exercício de 2017	Efetivos	Transferência	Admissões	Desligamentos	Rotatividade
São Paulo	34	0	05	03	11,11%

Índice Rotatividade Exercício de 2016	Efetivos	Transferência	Admissões	Desligamentos	Rotatividade
São Paulo	34	02	01	03	8,82%

14.2 Alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item

14.1 acima: Não aplicável.

14.3 Políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a) Política de salários e remuneração variável
<p>A Companhia garante uma política de remuneração competitiva realizando, anualmente, uma pesquisa de cargos e salários entre as maiores e melhores empresas de diversos segmentos.</p> <p>A remuneração é composta de um salário fixo mensal, que está relacionado ao nível de complexidade do cargo, além da participação anual nos resultados da empresa através do programa de remuneração variável.</p> <p>O programa de remuneração variável tem como principais objetivos alavancar negócios e resultados, incentivando os colaboradores em busca de contribuições efetivas para o crescimento da empresa, fortalecer o comprometimento com os resultados sustentáveis, compatibilizando visão de curto e longo prazo e permitir que o crescimento da empresa proporcione uma recompensa financeira, além da retenção dos colaboradores.</p> <p>A Companhia conta com três diferentes programas de remuneração variável que são baseados no estabelecimento de metas coletivas e individuais.</p> <p>Estas metas são desdobradas em todos os níveis hierárquicos.</p>

b) Política de benefícios

A Companhia fornece no ato da admissão de seus colaboradores os seguintes benefícios: seguro de vida, assistência odontológica, plano de saúde, previdência complementar, vale refeição, vale alimentação, vale transporte, cesta de natal, brinquedos aos filhos dos colaboradores de zero a 12 (doze) anos, programa de incentivo ao estudo aos filhos dos colaboradores a partir do ensino fundamental ao ensino médio, kit material escolar, auxílio creche para colaboradoras, auxílio filho excepcional.

Estes benefícios, por sua vez, são oferecidos através das convenções coletivas e/ou por liberalidade da Companhia.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) Grupos de beneficiários, (ii) Condições para exercício, (iii) Preços de exercício, (iv) Prazos de exercício, (v) Quantidade de ações comprometidas pelo plano

Termos e condições gerais dos planos de remuneração baseado em ações dos empregados não-administradores:

(i) Grupo de beneficiários:

Para seus principais executivos e membros chave entre seus colaboradores, a Companhia ofereceu até o ano de 2017 a possibilidade de acesso a um programa de incentivo de longo prazo (ILP) atrelado ao preço da ação da Suzano Papel e Celulose (“SPC”), subsidiária da Companhia, com pagamento em moeda corrente (liquidação em caixa). Este plano tem o pagamento baseado na apreciação do valor das ações, sendo chamado de SAR (*Share Appreciation Rights*), e leva também em consideração o desempenho das ações da SPC em relação aos principais concorrentes.

• Plano de SAR

A Companhia passou a outorgar em 2014 o plano SAR (*Share Appreciation Rights*, ou Plano de Apreciação do Valor das Ações) para empregados-chave. O pagamento deste plano está atrelado ao preço da ação da SPC, com pagamento em moeda corrente (liquidação em caixa). O que diferencia este plano do plano de ILP (ações fantasmas) da Companhia é o fato de existir uma exigência de valorização mínima das ações para que o beneficiário tenha ganho. Este valor tem característica similar ao preço de exercício de opções. Por este motivo, o plano também é chamado de Plano de Opções Fantasmas.

As outorgas têm preço de exercício (ou patamar mínimo de valorização das ações) que representa 20% da média dos 90 últimos pregões antes da data de outorga. A

outorga foi composta de 1 lote com término da carência 3 anos após a outorga e com vencimento 6 meses após o término da carência.

Uma diferença do Plano em relação aos demais está no fato do beneficiário ser convidado a participar do plano. O aceite está relacionado ao investimento de um valor que representa 5% do valor da outorga, que deve ser depositado na conta da Companhia.

Assim como o plano de ILP, o ganho do beneficiário pode ser penalizado ou bonificado em razão do desempenho das ações da SPC em comparação ao desempenho das ações concorrentes.

(ii) Condições para exercício:

- **Plano de SAR**

O regulamento do Plano determina as seguintes condições para que os beneficiários passem a ter direito sobre o exercício das SAR (condições de aquisição e não-aquisição): i) no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as Ações Fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização, perdendo também o valor investido para ingressar no programa; ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, o beneficiário receberá o valor investido para o ingresso no programa corrigido pelo índice IPCA; iii) na ausência da situação (i) e (ii) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas Ações Fantasma nos termos definidos pelos regulamentos.

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as SARs somente podem ser exercidas após um período de carência de três anos.

(iii, iv e v) Preços de exercício, prazos de exercício e quantidade de instrumentos em aberto:

Plano	Data de Outorga	Data fim da Carência	Data de Expiração	Quantidade Disponível	Preço de Exercício
SAR	01/04/2016	01/04/2019	01/04/2021	21.096	R\$ 3,19
SAR	03/04/2017	03/04/2020	03/04/2022	44.003	R\$ 2,66

14.4 Descrição das relações entre o emissor e sindicatos: Os sindicatos aos quais os colaboradores da Companhia estão vinculados são: o Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Celulose e Pasta de Madeira de São Paulo.

A Companhia sempre manteve um bom relacionamento com os sindicatos que representam os seus colaboradores, o que faz com que haja uma relação positiva e produtiva entre as partes.

Diretamente, ou através do sindicato patronal, a Companhia firma vários acordos e convenções coletivas de trabalho aplicáveis aos seus colaboradores que tem, como ponto comum, assuntos como reajuste salarial, jornada de trabalho, pausa para refeição e descanso.

14.5 Outras informações que julgar relevantes – Recursos Humanos: Todas as informações relevantes de Recursos Humanos da Companhia foram divulgadas nos itens acima.